



SENADO FEDERAL APROVA PEC DO FIM DA ESCALA 6×1

Foram 75 votos favoráveis, um voto contrário e nenhuma abstenção

POLÍTICA, P. 5



Plenário foi ocupado por deputados federais durante a votação.
Foto: Lula Marques/Agência Brasil

**Campanha de Lula
aciona TSE por
“seletividade” da
Meta para favorecer
Flávio**

POLÍTICA, P. 6

**Evandro e Leo Couto
mobilizam lideranças
de Fortaleza pela
reeleição de Lula**

POLÍTICA, P. 7

**Orçamento do Ceará
para 2027: Alece
deve definir relator
da LOA na próxima
semana**

POLÍTICA, P. 8

**PEC da Segurança
avança no Senado e
pode ser votada antes
do segundo turno das
eleições**

POLÍTICA, P. 11

Foto: Ricardo Stuckert e Agência Senado

**Elmano: “Hoje, a eleição
está empatada; temos 10 dias
para crescer e promover uma
grande chegada”**

COLUNA ROBERTO MOREIRA, P. 10



**Quaest: Flávio tem
46% e Lula 44% das
intenções de voto no
segundo turno**

POLÍTICA, P. 6

EDITORIAL

Soberania em risco



Grandes empresas de tecnologia dos Estados Unidos estão sendo acusadas de interferir na eleição presidencial brasileira. Se comprovada, essa atuação representa um ataque direto ao coração da nação: sua soberania.

As denúncias precisam ser apuradas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que deve adotar as medidas necessárias para impedir qualquer interferência indevida das chamadas big techs no processo eleitoral.

A suspeita de que plataformas digitais

estejam favorecendo uma candidatura exige respostas. Não importa quem seja beneficiado. É inaceitável que uma multinacional use seu poder para comprometer a igualdade de condições na disputa e influenciar a livre escolha dos brasileiros.

Infelizmente, a radicalização, a polarização e o ódio dificultam um debate que deveria unir o país: a proteção da democracia e do direito de decidir o próprio futuro. A preferência por um candidato não pode se sobrepor à defesa da soberania nacional.

O Brasil precisa fortalecer sua capacidade de fiscalizar as plataformas digitais e exigir transparência sobre os critérios que determinam a circulação de conteúdos. Investir em tecnologia, pesquisa e infraestrutura também é um caminho para reduzir a dependência de empresas estrangeiras.

As regras da eleição brasileira devem ser definidas pelas instituições do país, dentro da Constituição e da legislação. A soberania nacional precisa estar acima dos interesses comerciais e das preferências políticas.

ARTIGO



POR **BRUNO SANTOS**
Empresário
e fundador do Club Brasil

Networking não é sobre vender: é sobre ser lembrado

Durante muito tempo, networking foi tratado como sinônimo de trocar cartões e encontrar possíveis clientes. No entanto, em um mercado no qual profissionais e empresas disputam atenção diariamente, construir uma boa rede de relacionamentos exige muito mais do que estar cercado de pessoas. Exige construir relevância.

O verdadeiro networking começa antes da necessidade. Quem procura sua rede apenas quando precisa vender, pedir uma indicação ou abrir uma porta dificilmente desenvolve relações duradouras.

Para o empresário, isso representa uma mudança de mentalidade. Nem todo encontro empresarial precisa gerar uma oportunidade imediata. Muitas vezes, o maior resultado de uma conexão é ser lembrado meses depois, quando surgir uma necessidade para a qual seu nome faça sentido.

E ser lembrado não depende de visibilidade. Depende da percepção que construímos ao longo do tempo. Competência, credibilidade, posicionamento e a maneira como nos relacionamos formam um patrimônio reputacional. É isso que faz alguém mencionar

determinado empresário em uma reunião da qual ele sequer participa.

Comunidades empresariais ganham relevância nesse cenário. Quando bem estruturadas, criam ambientes nos quais empresários podem trocar experiências, compartilhar desafios, ampliar repertório e desenvolver relações que ultrapassam uma abordagem puramente comercial.

Existe, porém, uma diferença entre estar presente e construir presença. Frequentar eventos, participar de grupos e acumular contatos não garante uma rede forte. É preciso contribuir, ouvir, conectar pessoas e compartilhar conhecimento. Quem gera valor tende a permanecer na memória.

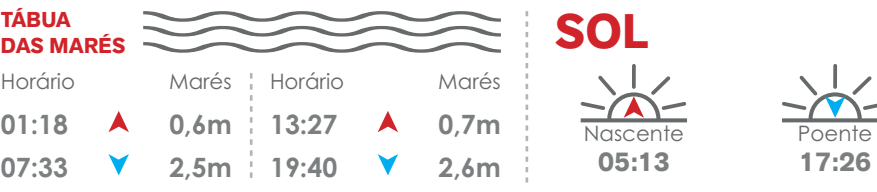
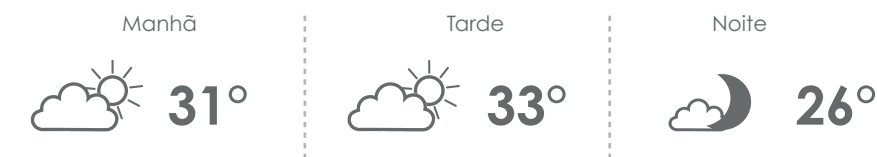
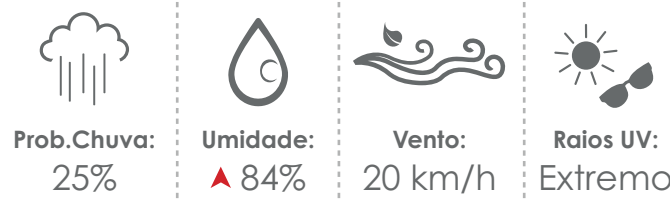
No mundo dos negócios, oportunidades frequentemente começam longe da mesa de negociação. Elas nascem de uma conversa, de uma indicação ou da confiança construída muito antes de qualquer proposta.

Talvez a pergunta mais estratégica sobre networking não seja “quantas pessoas eu conheço?”, mas “quantas pessoas lembrariam de mim quando uma boa oportunidade surgir?”.

PREVISÃO DO TEMPO

DIA - 15/10/2026

Céu com poucas nuvens a sem nuvens.



ROBERTO MOREIRA
Presidente do
Opinião CE



ELBA AQUINO
Diretora-geral
do Opinião CE

Editores:
DELLANO RIOS, IYZ VASCONCELOS
E RODRIGO RODRIGUES

Produção de Conteúdo:
ANTONIO RODRIGUES, FERNANDO
BARBOSA, FELIPE BARRETO,
GUSTAVO CALVANO E VITORIA
GALDENCIO

Projeto Gráfico
e Gerência de
Novos Negócios:
JOÃO MAROPO

Design:
HELLYNARA FERNANDES
E MIKAEL BAIMA

Diretora Comercial:
ROSSI DANTAS

Revisão:
LETÍCIA MARTINS
E RAYANE PAZ

Chargista:
KAZANE BLUES

ENDEREÇO:
Rua Professor Dias da
Rocha, 1097 -
Bairro: Aldeota
CEP: 60170-285.
FORTALEZA-CE
CNPJ: 45.114.358/0001-83
TEL. REDAÇÃO:
(85) 3037 9117

CEARÁ

Fortaleza lança Observatório da Pessoa Idosa para mapear vulnerabilidades e orientar políticas públicas

Plataforma reúne dados sobre saúde, assistência social, segurança, educação e renda, com mapas por bairros e indicadores para acompanhar ações voltadas à população idosa

A Prefeitura de Fortaleza lança, nesta quinta-feira (15), o Observatório da Pessoa Idosa (OPI), plataforma criada para mapear as condições de vida da população idosa e orientar a formulação de políticas públicas na Capital. A ferramenta também permitirá acompanhar investimentos, monitorar metas e identificar desigualdades entre os bairros da cidade.

O lançamento ocorre no Paço Municipal. A iniciativa é desenvolvida pela Secretaria de Desenvolvimento Humano e Desenvolvimento Social (SDHDS), pela Coordenadoria Especial da Pessoa Idosa (Coedi) e pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento de Fortaleza (Ipplan).

O observatório integra o programa Fortaleza para Todas as Idades, voltado à proteção e ao cuidado integral da população idosa. A iniciativa faz parte do Plano Fortaleza Inclusiva, que reúne oito programas com estratégias para garantir direitos e ampliar a qualidade de vida de pessoas em situação de vulnerabilidade.

PLATAFORMA VAI MAPEAR DESIGUALDADES ENTRE BAIRROS

O OPI funcionará como instrumento técnico de apoio à gestão pública e de transparência. A plataforma reunirá análises históricas e georreferenciadas, com mapas temáticos por bairros e gráficos que mostram a evolução dos indicadores ao longo do tempo. A proposta é identificar desi-



Ferramenta reúne indicadores de saúde, assistência social, segurança, educação e economia para identificar desigualdades em Fortaleza.
Foto: Kaio Machado/Prefeitura de Fortaleza

gualdades socioespaciais e oferecer informações que ajudem a direcionar ações e investimentos de acordo com as necessidades da população idosa em diferentes regiões de Fortaleza.

O sistema também permitirá acompanhar o planejamento e a execução física das iniciativas, além do volume de recursos investidos nas políticas públicas voltadas a esse público.

OBSERVATÓRIO REÚNE DADOS DE SETE ÁREAS

A plataforma consolida informações de sete eixos: assistência

social, saúde, segurança, economia, demografia, educação e nutrição. A integração dos dados deve apoiar o monitoramento das condições de vida das pessoas idosas e subsidiar decisões da gestão municipal. Com o acompanhamento contínuo dos indicadores, a ferramenta busca ampliar a capacidade de planejamento e avaliação das políticas públicas destinadas à população idosa.

INICIATIVA ESTÁ ALINHADA À AGENDA 2030 DA ONU

A estrutura do Observatório da Pessoa Idosa também está alinhada

aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). Entre os objetivos relacionados à iniciativa estão a erradicação da pobreza (ODS 1), saúde e bem-estar (ODS 3), igualdade de gênero (ODS 5), trabalho decente e crescimento econômico (ODS 8), redução das desigualdades (ODS 10) e paz, justiça e instituições eficazes (ODS 16).

A proposta é utilizar dados e indicadores para apoiar o desenvolvimento de ações voltadas à garantia de direitos e à melhoria da qualidade de vida da população idosa de Fortaleza.

IJF alcança recorde de cirurgias em 2026 no mês de setembro

O Instituto Dr. José Frota (IJF), maior hospital de trauma do Estado do Ceará, teve um recorde de cirurgias em setembro, com 1.446 procedimentos. No mês, a marca superou o maior volume mensal que

até então foi registrado no ano, em março, quando foram realizados 1.430 procedimentos no maior equipamento hospitalar da Prefeitura de Fortaleza.

O desempenho, de acordo com

a gestão municipal, é resultado do trabalho conjunto das equipes assistenciais do hospital por meio de iniciativas como mutirão de cirurgias, que busca reduzir as filas eletivas para procedimentos e exames.

Até então, em 2026, foram 11.914 cirurgias, um crescimento de 12,3% em relação ao mesmo período de 2025, quando foram contabilizados 10.610 procedimentos.

Em comparação ao ano de 2024, o aumento chega a 25,5%, que somou 9.494 cirurgias.

MUTIRÃO DE SAÚDE

No último mês, o hospital também participou do maior mutirão de saúde promovido pela Prefeitura de Fortaleza. Em um único dia, o equipamento somou 75 cirurgias e mais de 300 exames, entre ressonâncias, tomografias, raios X, ultrassonografias e endoscopias.

De acordo com o superintendente do IJF, João Gilberto Macêdo, este recorde é devido ao empenho das equipes e à utilização de toda a estrutura hospitalar para acelerar cada vez mais os procedimentos.

“Alcançar esse volume demonstra o nosso compromisso com a saúde e assistência que a população precisa, seja em urgência e emergência, mas também no caráter eletivo”, explicou.

ATENDIMENTO NA EMERGÊNCIA

Em todo o mês de setembro, a maior emergência de traumas do Ceará realizou 5.951 acolhimentos. Entre as principais causas estão as quedas (1.744 atendimentos), acidentes com motocicletas (871 atendimentos) e ingestão de corpo estranho/engasgo (478 atendimentos). Em 2026, a emergência do IJF já realizou 49.902 atendimentos.



No mês, foram 1.446 procedimentos.
Foto: Divulgação/Prefeitura de Fortaleza

CEARÁ

Tauá lidera ranking de gestão municipal no Ceará entre cidades de 50 mil a 100 mil habitantes

A prefeita Patrícia Aguiar (PSD) atribuiu o resultado de Tauá no ICGM 2024 ao trabalho da equipe, dos secretários e dos servidores públicos

Prefeita de Tauá, Patrícia Aguiar (PSD).
Foto: Reprodução

**RODRIGO RODRIGUES**

RODRIGO.RODRIGUES@OPINIAOCE.COM.BR

Tauá conquistou o primeiro lugar no Índice Comparativo de Gestão Municipal (ICGM) de 2024 entre os 28 municípios cearenses com população entre 50 mil e 100 mil habitantes. O município alcançou índice de 0,71772, segundo divulgação repercutida pela prefeita Patrícia Aguiar (PSD) nas redes sociais, nesta quarta-feira (14).

O indicador avalia aspectos como planejamento, gestão financeira, serviços públicos e transparência.

De acordo com a prefeita, o resultado representa o reconhecimento do trabalho realizado pela administração municipal e envolve a atuação de secretários, servidores públicos e da população.

“Tauá conquistou o primeiro lugar no índice comparativo de gestão municipal de 2024 entre os 28 municípios cearenses com a população de 50.000 a 100.000 habitantes. Esse resultado foi divulgado pelo Ipes, órgão de pesquisa do Governo do Estado, que avalia os indicadores de planejamento, gestão financeira, serviços públicos e

transparência”, destacou Aguiar.

Segundo ela, o resultado é “um reconhecimento muito importante” ao trabalho realizado. “Quero dividir essa conquista com toda a nossa equipe, secretários, servidores públicos, especialmente o povo de Tauá. Seguimos trabalhando com responsabilidade, compromisso e amor pela nossa terra”, apontou.

A gestora também destacou que o resultado reforça o compromisso da administração com a eficiência dos serviços públicos e a busca por melhores condições de vida

para a população.

VEJA OS MUNICÍPIOS MAIS BEM COLOCADOS NO RANKING

Além de Tauá, que ocupa a primeira posição, Russas e Granja aparecem na sequência do ranking. Barbalha, Aracati, Acaraú, Eusébio, Horizonte, Boa Viagem e Crateús completam a lista dos 10 municípios destacados. O resultado do ICGM considera indicadores relacionados à gestão pública municipal e permite comparar o desempenho de cidades dentro da faixa populacional estabelecida.

POLÍTICA

Senado Federal aprova PEC do fim da escala 6×1

Foram 75 votos favoráveis, um voto contrário e nenhuma abstenção



Plenário foi ocupado por deputados federais durante a votação.
Foto: Ton Molina/Agência Senado

O plenário do Senado Federal aprovou, nesta quarta-feira (14), a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do fim da escala 6×1, que reduz a jornada semanal de trabalho. No primeiro turno, foram 75 votos favoráveis, um voto contrário e nenhuma abstenção. O mesmo placar se repetiu em segundo turno.

O único senador que votou contrário à proposta foi o Hamilton Mourão (Republicanos-RS), ex-vice-presidente da República no governo de Jair Bolsonaro. Além dele, outros senadores se ausentaram da votação em primeiro turno: Sergio Moro (PL-PR), Marcio Bittar (PL-AC), Rogério Marinho (PL-RN) e Ciro Nogueira (PP-PI).

No segundo turno da votação, Ciro Nogueira votou favoravelmente à proposta, mas Dr. Hiran (Progressistas-RR) não votou. Davi Alcolumbre (União-AP) não votou por ser presidente do Senado.

A PEC 221, de 2019, prevê descanso remunerado de dois dias por semana, sem redução salarial, e reduz gradualmente a atual jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais, com uma regra de transição total de 14 meses. O texto analisado foi o mesmo que foi aprovado pela Câmara dos Deputados em maio.

Desde a semana passada, a matéria está para apreciação do plenário. O Regimento Interno do Senado exigia cinco sessões deliberativas antes da votação da proposta em primeiro turno, mas foi aprovado um requerimento que impôs calendário especial e acelerou o processo.

Texto segue agora para a promulgação pelo Congresso Nacional

Ainda na sessão de hoje, o Senado rejeitou a emenda 37. Apresentado pelo PSDB, o texto previa que profissões com jornadas semanais inferiores a 40 horas já estabelecidas em lei não tivessem redução adicional da carga horária com as mudanças propostas.

DEBATE POLÍTICO

O senador Camilo Santana (PT-CE), líder do PT no Congresso Nacional, classificou a votação como um “dia histórico para o povo trabalhador nesse país”.

“Depois de quase 40 anos, estamos garantindo ao trabalhador mais um dia de descanso. Estamos falando de dignidade humana, mais tempo para compartilhar com a família, com seus filhos, mais tempo para o lazer. Isso é uma luta histórica de um grande homem, trabalhador, que hoje lidera esse país, o presidente Lula”, reforçou.

O ex-governador do Ceará fez questão de criticar seu colega Flávio Bolsonaro (PL), candidato à Presidência da República, que mudou sua posição em relação ao tema. Antes contrário

à matéria, votou favorável na sessão desta quarta-feira (14).

“Eu tô impressionado como o candidato Flávio Bolsonaro está brincando com o país. Parece que ele não sabe o que quer para o país. Parece uma biruta. Todo mundo sabe que ele era contra o fim da escala 6×1 e publicamente defendia que o patrão negociasse com o trabalhador. Isso se chama oportunismo”, disse.

Líder do PL no Senado Federal, o senador Carlos Portinho (PL-CE) disse que seu partido e Flávio defendiam reunir propostas que dialogassem também com os empresários, mas reconheceu que a matéria “é boa para o trabalhador” e por isso votaram favoravelmente.

Por outro lado, Portinho alertou que eventuais impactos da medida devem ser cobrados do atual governo.

“É desse governo que vão cobrar. Se aumentar a precarização, a automação. Esses impactos que só vão mensurar empiricamente com carro andando vai caber ao governo Flávio Bolsonaro e já estamos pensando em quem emprega”, disse.

O QUE MUDA

A matéria aprovada na Câmara substitui gradualmente a atual jornada máxima de 44 horas semanais, associada à escala de um dia de descanso remunerado a cada seis dias de trabalho, por um modelo com dois dias de descanso remunerado por semana e jornada máxima de 40 horas.

Pelo texto, 60 dias após a promulgação da emenda constitucional, as

empresas deverão adotar a escala 5×2 e reduzir a jornada máxima para o máximo de 42 horas semanais de trabalho. Depois de mais 12 meses, a jornada será reduzida para 40 horas semanais.

A PEC também prevê jornadas diferenciadas para trabalhadores com diploma de Ensino Superior que recebam remuneração igual ou superior a R\$ 21.188,87, desde que seja mantida a escala 5×2. Nesses casos, a duração da jornada poderá ser definida por negociação direta entre empregador e empregado.

A proposta também preserva a possibilidade de acordos e convenções coletivas para disciplinar situações específicas e categorias submetidas a regimes diferenciados.

TRAMITAÇÃO

A PEC do fim da escala 6×1 foi aprovada na Câmara dos Deputados no final de maio e seguiu para o Senado. Em seguida, a base do governo na Casa tentou pautar a análise da proposta, mas Alcolumbre manteve o texto parado. Apenas em agosto encaminhou à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

No início de setembro, a CCJ aprovou o fim da escala 6×1, mas Alcolumbre não levou o tema ao plenário e disse que a votação aconteceria após as eleições. Sobre isso, o presidente do Senado explicou ter decidido aguardar o fim do primeiro turno das eleições, em que muitos senadores concorreram a diferentes cargos eletivos, para não criar embarço aos colegas durante o pleito.

POLÍTICA

Quaest: Flávio tem 46% e Lula 44% das intenções de voto no segundo turno

Candidatos estão empatados tecnicamente, dentro da margem de erro que é de dois pontos percentuais

A pesquisa Quaest divulgada nesta quarta-feira (14) traz um empate técnico entre Flávio Bolsonaro (PL) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na disputa pela Presidência da República, no segundo turno. Numericamente, o senador lidera com 46%, enquanto o petista tem 44%. A margem de erro é de dois pontos percentuais para mais ou para menos.

O instituto entrevistou 2.154 pessoas de 16 anos ou mais entre os dias 10 e 13 de outubro. O nível de confiança é de 95%. A pesquisa está registrada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sob o número BR-08729/2026.

VEJA OS NÚMEROS DA PESQUISA ESTIMULADA:

- Flávio Bolsonaro (PL): 46%
- Lula (PT): 44%
- Indecisos: 1%
- Branco/nulo/não vai votar: 9%

Para 91% dos entrevistados, a escolha do candidato é definitiva, e 9% dizem que ainda podem mudar de ideia.

Já na pesquisa espontânea, em que os entrevistados respondem sem ver antes os nomes dos candidatos, 43% citaram Flávio Bolsonaro e 42% apontaram Lula como candidato. Por outro lado, 8% declararam voto em branco, nulo ou que não vão votar e 7%



Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Flávio Bolsonaro (PL).
Foto: Ricardo Stuckert e Agência Senado

estão indecisos.

A Quaest também mediu o índice de rejeição dos candidatos e curiosamente Flávio Bolsonaro lidera com 54%, enquanto Lula aparece com 53%.

AValiação DO GOVERNO NO LULA MELHORA

O levantamento também mediu a aprovação do governo petista.

Numericamente, houve uma queda da desaprovação: 48% disseram que desaprovam, ante 49% na pesquisa anterior, divulgada em 3 de outubro. Já 45% aprovam (antes eram 44%) e 7% não souberam ou não responderam.

A avaliação do governo Lula também melhorou se comparado à pesquisa anterior. 40% disseram que é negativa — antes eram 42%. 34%

acham a gestão positiva, ante 33% do último levantamento. Ainda há 24% que acreditam que é regular (eram 23%) e 2% não souberam responder.

No primeiro turno, realizado no último dia 4 de outubro, Flávio Bolsonaro terminou na frente com 47,03% dos votos, contra 45,16% de Lula. A diferença entre os dois é de aproximadamente 2,2 milhões de votos.

Campanha de Lula aciona TSE por “seletividade” da Meta para favorecer Flávio

A campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), candidato à reeleição, acionou, nesta quarta-feira (14), o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) após constatar restrições na entrega de postagens aos usuários de plataformas da Meta — Facebook, Instagram e WhatsApp.

Na petição enviada ao TSE, os advogados da campanha afirmaram que o algoritmo da Meta está “enviesado” e pratica “seletividade algorítmica” para beneficiar o candidato Flávio Bolsonaro (PL).

Além das restrições relacionadas às postagens, a coligação “O Brasil Pronto Para Mais!” também citou que comandos para geração de imagens de inteligência artificial não permitem a criação de conteúdos sobre Lula. Contudo, a criação de imagens relacionadas a Flávio está liberada.

A campanha petista também afirmou que Meta é alinhada ao presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, e exerce “pressões” sobre o eleitor brasileiro.

“Enquanto restringe, sem explicação, a entrega do conteúdo do representante

e do seu campo político, em território nacional, quadro que revela, na conduta da empresa estrangeira alinhada ao governo Trump, a materialização, no interior do pleito, do vetor de pressão externa sobre o eleitorado”, afirmou a campanha.

Ainda na quarta-feira (14), o senador cearense Camilo Santana (PT), coordenador político da campanha do presidente Lula (PT) à reeleição, se pronunciou sobre o caso. “Nós sabemos o peso que têm as redes sociais numa eleição presidencial, principalmente numa eleição curta, de poucos dias, que é o caso do segundo turno. Não podemos admitir essa interferência das big techs”, argumentou.

Camilo disse ainda que foi feita uma reunião com representantes de 12 países diferentes, reunindo partidos e entidades, para que o caso também seja discutido internacionalmente. Além disso, o senador cearense divulgou um canal criado para recebimento de denúncias relacionadas à conduta das plataformas digitais, o site www.censuradigital.lula.com.br.

A suposta seletividade da Meta já está judicializada no TSE desde a semana passada. Conforme representação enviada ao tribunal, o PT disse que há pelo menos 255 perfis falsos contra a campanha de Lula. O caso é avaliado pelo ministro Marco Aurélio Belizze.

GERAÇÃO DE IMAGENS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Foram os testes e relatos apresentados por usuários que indicaram que o assistente Meta AI recusava comandos para gerar imagens de propaganda eleitoral contendo o nome do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e seu número de urna (“Lula 13”), enquanto atendia a pedidos semelhantes envolvendo o senador Flávio Bolsonaro (“Flávio 22”).

Na tarde dessa quarta-feira, a reportagem do **Opinião CE** realizou testes no assistente de IA e também constatou a assimetria. Questionada sobre a diferença de tratamento, a IA gerou a resposta de que “isso não deveria acontecer. Os filtros de segurança da geração de imagem são automáticos e não deveriam ter

lado político. Quando acontece esse tipo de inconsistência, é falha de sistema que precisa ser corrigida”. Sobre a possibilidade de uma programação proposital, a resposta é de que “seria uma violação direta das regras internas de neutralidade política”.

Diante do questionamento técnico e de notificações relacionadas às regras do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que vedam o favorecimento ou desfavorecimento político-eleitoral por meio de respostas automatizadas, a Meta anunciou a suspensão temporária da geração de imagens e recomendações relacionadas a candidatos no Brasil. Em nota oficial, a empresa afirmou que a medida visou ao cumprimento das normas eleitorais locais e argumentou que falhas operacionais pontuais não decorreram de direcionamento político deliberado, afetando sistemas de maneira ampla.

Após a suspensão, a IA da Meta continuava respondendo aos pedidos de criação de imagens associadas a Lula com “Não consegui gerar a imagem”. Apenas quando feitos pedidos em relação a Flávio Bolsonaro que a resposta padrão dada era de que “Essa solicitação envolve conteúdo que não posso gerar conforme a regulamentação eleitoral brasileira. Para informações atualizadas, consulte <https://www.tse.jus.br/>”.

POLÍTICA

Evandro e Leo Couto mobilizam lideranças de Fortaleza pela reeleição de Lula

O encontro reuniu mais de 70 agentes políticos, entre vereadores, suplentes e lideranças comunitárias



O encontro reuniu vereadores, suplentes e lideranças de diferentes comunidades da capital cearense.
Foto: Divulgação/PT Ceará

O prefeito de Fortaleza Evandro Leitão (PT) e o presidente da Câmara Municipal, Leo Couto (PSB), promoveram uma reunião nesta quarta-feira (14) para intensificar a campanha de reeleição do presidente Lula (PT). O encontro reuniu vereadores, suplentes e lideranças de diferentes comunidades da capital cearense.

Um dos principais objetivos é ampliar a votação do petista em Fortaleza. No primeiro turno, Lula obteve 53,48% dos votos válidos na cidade, ante 39,34% de Flávio Bolsonaro. Em todo o Ceará, o presidente conquistou 63,29% dos votos. A meta é aumentar para 65% na Capital.

“Nós queremos dar uma grande votação, acima de 65%. É uma meta ousada que precisamos trabalhar, mas confio nos vereadores, nas lideranças. São pessoas que conheço o trabalho. Tô confiante”, disse Evandro.

O prefeito reforçou a importância

da reeleição de Lula para que a cidade siga ampliando o desenvolvimento, em parceria com o governo estadual. Leo Couto, por sua vez, lembrou que no segundo turno há projetos distintos em disputa.

“São duas candidaturas completamente diferentes. Uma é a do Pé-de-Meia, do Bolsa Família, a que mais fez pelas pessoas necessitadas ao longo de décadas. O Brasil é um antes de Lula e outro depois de Lula. A outra representa o projeto do negacionismo. Ninguém esqueceu o que aconteceu na época da Covid: pessoas morrendo e o então presidente Bolsonaro negando a vacina”, disse o presidente da Câmara.

MOBILIZAÇÃO DIÁRIA

A ideia é que, nos próximos dez dias, a cidade seja inteiramente mobilizada com eventos em torno da campanha petista. “Os vereadores e lideranças são os legítimos representantes do

povo e temos uma relação harmoniosa. A reunião foi importante para direcionar os últimos dias com foco em eventos em Fortaleza, movimentando a cidade”, completou Evandro.

O prefeito reforçou a importância dos quase 70 vereadores que estiveram na reunião serem “agentes ativos” na campanha, assim como trabalharam nas eleições proporcionais e nas campanhas majoritárias, que ajudaram a reeleger o governador Elmano de Freitas e o senador Cid Gomes e elegeram Luizianne Lins senadora.

“É importante essa mesma dedicação e força ao presidente Lula. Sei que estamos cansados em todos os níveis, mas temos pouco mais de dez dias para continuar trabalhando. É um segundo turno diferente. Solicitei que Cid assumisse a coordenação da campanha no interior do Estado e liguei para Luizianne para que possa

nos ajudar em Fortaleza”, informou.

Sem expectativa de que Lula retorne ao Ceará na campanha de segundo turno — o presidente esteve no Estado duas vezes no primeiro turno —, Evandro disse que o protagonismo agora é do povo. “Nosso nome é o povo. O nosso maior trunfo. Enquanto pensamos em trazer o Nikolas Ferreira, nós temos o povo”, declarou.

Leo Couto afirmou que o encontro alinha estratégias para realizar mobilizações capazes de alcançar cada vez mais pessoas e chegar a todas as regionais da cidade.

“A ideia agora é somar forças às ações que já estão acontecendo voluntariamente e organizá-las nos bairros, com a mobilização de lideranças e representantes. Por isso, vamos montar um calendário para unir ações próximas em uma só e fazer eventos cada vez mais expressivos”, disse.

POLÍTICA

Orçamento do Ceará para 2027: Alece deve definir relator da LOA na próxima semana

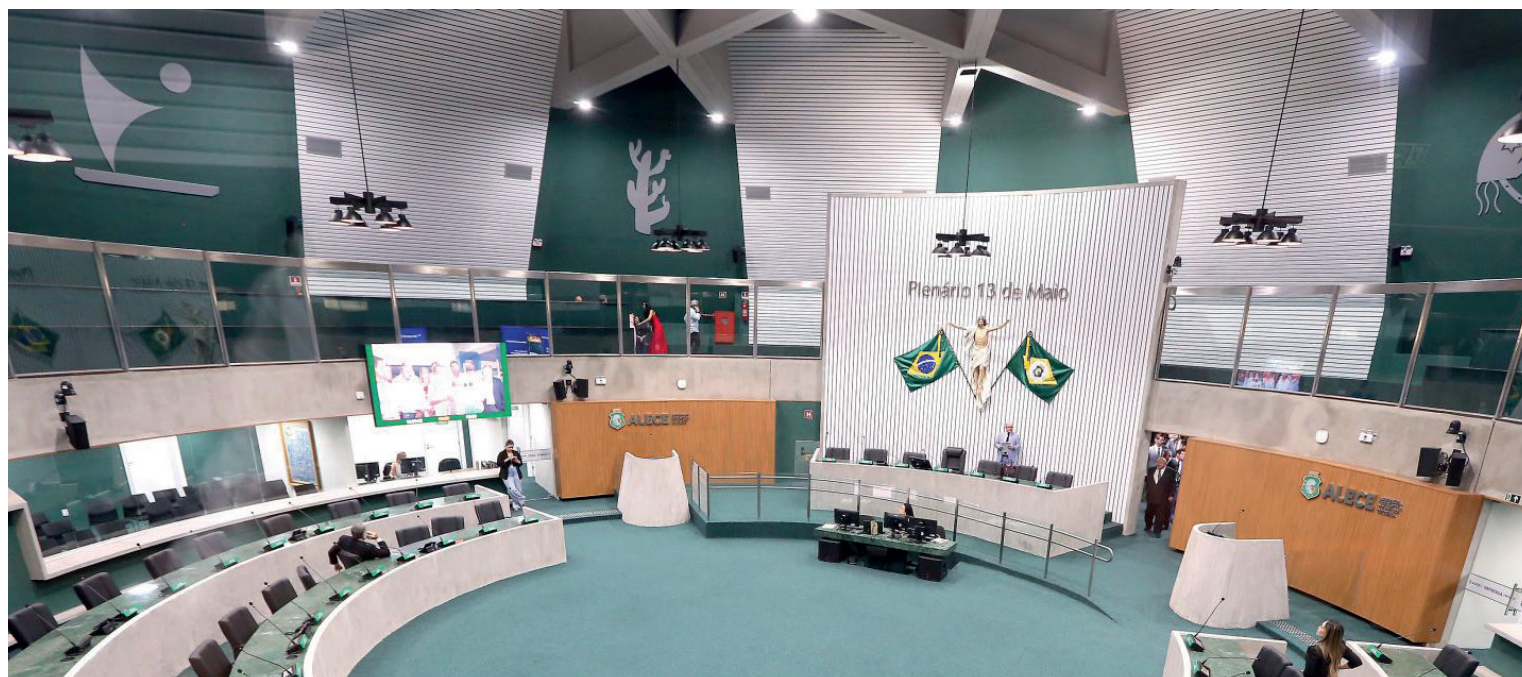
Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação pretende estabelecer calendário de debates, ampliar prazo para apresentação de emendas e realizar audiências públicas para discutir a proposta

A Assembleia Legislativa do Ceará (Alece) aguarda o envio da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2027, previsto para até 15 de outubro. Após o recebimento da matéria, a expectativa é que a Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação (COFT) defina o relator e o calendário de tramitação na próxima semana, segundo informou ao **Opinião CE** o presidente do colegiado, deputado estadual Sérgio Aguiar (PSB).

De acordo com o parlamentar, a comissão terá cerca de 60 dias para debater a proposta. O planejamento inclui a abertura de prazo para apresentação de emendas, com previsão de encerramento em 30 de novembro, além da realização de audiências públicas no interior do Ceará e na própria Assembleia. A intenção é ouvir diferentes segmentos da sociedade sobre as prioridades e as ações previstas no orçamento estadual para o próximo ano.

“Estamos no fatídico prazo do dia 15 de outubro para que a Assembleia Legislativa receba aqui a LOA e a presidência da Assembleia possa designar para que a comissão de orçamento, finanças e tributação possa, durante os próximos 60 dias, debatê-la”, afirmou Sérgio Aguiar.

O deputado explicou que a definição do relator e do calendário de debates depende do recebimento



A Assembleia Legislativa do Ceará aguarda o envio da proposta orçamentária de 2027, previsto para até 15 de outubro. Foto: Divulgação/Alece

oficial da proposta. Sem o documento, a comissão ainda não dispõe de informações sobre os principais números do orçamento estadual.

LOA DE 2027 SERÁ O PRIMEIRO ORÇAMENTO DO NOVO GOVERNO

A Lei Orçamentária Anual estabelece a previsão de receitas e fixa as despesas do governo para o exercício seguinte. A proposta de 2027 terá particularidades no planejamento

estadual: será o primeiro orçamento da próxima gestão Elmano de Freitas (PT), que foi reconduzido ao Palácio na eleição deste ano, e, ao mesmo tempo, o último ano de vigência do atual Plano Plurianual (PPA). Segundo Sérgio Aguiar, as audiências públicas devem permitir que representantes de diferentes setores apresentem suas demandas e contribuam para a discussão das prioridades orçamentárias.

O parlamentar ressaltou, porém,

que ainda não é possível antecipar os valores e os principais indicadores da proposta. “Como ainda não chegou propriamente aqui à casa a matéria, a gente ainda não tem nenhum dado ainda sobre os grandes números que serão ofertados pelo orçamento do Estado para o ano de 2027”, declarou.

A definição do cronograma e a abertura do prazo para emendas devem orientar as próximas etapas de análise da LOA na Assembleia Legislativa.

Líder do PSB no Ceará afirma que Aldigueri fez “bom mandato” e que sua recondução à Presidência é “natural”

O deputado estadual reeleito Marcos Sobreira (PSB), líder do PSB na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (Alece), afirmou ser natural que o partido siga na presidência da Casa

para o biênio 2027-2028. Como frisou o legislador, historicamente, a maior bancada tem o presidente. O parlamentar afirmou que seu correligionário Romeu Aldigueri (PSB) vem fazendo

um “bom mandato” e que é “natural” o seu direito à reeleição.

Apesar disso, o líder da legenda apontou que, até o momento, ainda não foi discutido nada sobre o assunto da sucessão da Presidência da Alece.

“A bancada, com o senador Cid, com o governador Elmano, nada conversado sobre esse assunto. A nossa última meta falta ser atingida, que é a reeleição do presidente Lula”, acrescentou.

O legislador havia destacado que, já no primeiro turno, três primeiras metas foram alcançadas: a reeleição de Elmano de Freitas (PT), a eleição de Cid Gomes (PSB) e Luizianne Lins (Rede) para o Senado e a eleição da maior bancada da Alece.

PSB DO CEARÁ COM MAIOR REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA DO BRASIL

Ainda conforme o deputado, o PSB,

no Ceará, alcançou a maior representatividade dentre todas as Unidades da Federação (UFs) do País. Foram 13 deputados eleitos para a Assembleia, quatro deputados federais eleitos e o senador Cid, reeleito.

“O PSB do Ceará é o que tem a maior representatividade do Brasil. Fizemos bancadas maiores do que outros estados, como Pernambuco, que fez nove deputados estaduais”, disse, comparando o resultado cearense ao estado de onde é o presidente nacional da sigla, o ex-prefeito do Recife João Campos.

Segundo o líder do PSB no Ceará, o resultado do partido no Estado mostra a liderança de todo um time e a “articulação gigantesca que, em nome da bancada, quero agradecer ao senador Cid, ao deputado federal Júnior Mano e a tantos amigos que fizeram o PSB hoje se transformar no maior do Brasil”.



Deputado Marcos Sobreira.
Foto: Júnior Pio/Alece

POLÍTICA

ROBERTO MACIEL



Jornalista e colunista do Grupo Opinião CE.
roberto.maciел@opinioace.com.br

O “economista” que xinga o nordestino de “lixo” e a Virgem Maria de “fantasma”

Autodeclarado “economista”, o desocupado de internet Rodrigo Constantino é um fascista que se orgulha de ser o que é. É também um foragido da Justiça brasileira que se esconde nos Estados Unidos. Espécie de “paqueta” do extinto Olavo de Carvalho — falsário que se apresentava para plateias ignorantes como “filósofo” e ganhou rios de

dinheiro vendendo ideias deformadas ou copiadas —, Rodrigo Constantino tenta conseguir espaços no noticiário e nos convescotes da direita extrema dizendo besteiras. Não passa de um assistente de palco do show já cancelado do histriônico e vazio Olavão. É do Constantino a seguinte evacuação verbal: “A Bahia é o câncer do Brasil.

Estive lá algumas vezes a trabalho e a lazer. Salvador é um lixo! Eu fui mais para o interior fazer a feira literária e fiquei chocado. Segunda-feira, 11h30, um bando de gente nos barzinhos com violão e cerveja. Ninguém quer trabalhar”. O “economista” está ruminando ódio, coisa que faz habitualmente. O candidato a presidente que apoiou

perdeu na Bahia (e no Nordeste inteiro), e ofender as pessoas é a única resposta que pode elaborar — não passa pela cabeça dele estabelecer uma avaliação com dados históricos, referências sociais e políticas, elementos econômicos e planejamento. A incompetência moral não permite que faça algo sério.

Nem Nossa Senhora escapa

Se é dessa forma que trata um assunto violento, imagine como vê a fé e a espiritualidade alheias. Trecho de mensagem de Constantino no aplicativo X sobre ameaças feitas a Nossa Senhora Aparecida: “Mais uma tentativa de criar fantasma religioso contra a direita. A padroeira não precisa de proteção do Estado”. Ele diminui a agressão à condição de “fantasma religioso”, como se a Santa fosse isso, e nega que a homenagem dos brasileiros à mãe de Jesus seja desnecessária.

O próprio fracasso foi alheio

Mas a justificativa achada por Dannel Oliveira (MDB) não ficou muito atrás, não. Segundo o deputado derrotado, a culpa foi dos outros. Dannel citou o deputado Luiz Henrique como os que compuseram aliança e não cumpriram o combinado.

Nem a filha escapa

Não é a primeira vez que o bolsonarista Constantino se revela um bibelô olavista. Chegou a afirmar que protegeria quem estuprasse a filha dele, Laura. Mas afirmou que poderia pôr a moça de castigo. Esse é o padrão moral de quem ataca nordestinos. Disse ele: “Não vou denunciar um cara desses para a polícia. Vou dar esporro na minha filha, porque alguma coisa ali ela errou feio”.

Inteligência Artificial na pauta da Segurança

A Comissão de Ciência, Tecnologia e Educação Superior da Alece aprovou projeto sobre o incentivo ao desenvolvimento e ao uso de inteligência artificial para análise criminal e prevenção da violência no Ceará. A matéria é do deputado De Assis Diniz (PT). E pode ajudar o Estado a dar expressivos saltos de qualidade na Segurança Pública.

Bom caminho

Passou na Assembleia Legislativa projeto do Executivo que autoriza a abertura de crédito especial ao orçamento anual do Estado para o Fundo de Recomposição de Danos Trabalhistas. São R\$ 4 milhões. A verba, segundo o Palácio da Abolição, será aplicada em qualificações profissionais, no estímulo à reinserção no mercado de trabalho, na ampliação da inclusão produtiva e em outras “medidas voltadas à reparação social e econômica de trabalhadores”.

Foi Deus?

Da procissão de desculpas de derrotados nas urnas, uma das mais curiosas — ou engraçadas, dependendo de quem a ouviu — foi a do deputado Antônio Henrique (PSDB). “Deus quis me dar esse resultado adverso”, disse na tribuna da Alece. Será que fez algo que contrariou a vontade divina? Pode ter sido, considerando o que acha: o desígnio de Deus foi para que “pudesse refletir e analisar” a história e a vida que tem.

Que dia é hoje?

Hoje é 15. Faltam 10 dias para o segundo turno das eleições presidenciais.

Ciro pede cassação da chapa de Elmano e novas eleições no Ceará

A campanha do candidato derrotado ao Governo do Ceará, **Ciro Gomes** (PSDB), entrou com uma ação na Justiça Eleitoral pedindo a cassação da chapa adversária, encabeçada pelo governador reeleito **Elmano de Freitas** (PT). O tucano pede a realização de novas eleições no Estado.

A campanha de Elmano divulgou nota em que lamenta o cenário. “A campanha de Elmano de Freitas lamenta que o candidato **Ciro Gomes** continue desrespeitando a democracia e questionando o resultado legítimo das urnas”.

O anúncio da ação foi feito pelos advogados **Hélio Parente** e **André Xerez**. O questionamento tem como base a decisão do ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) **Dias Toffoli**, que permitiu a exibição de novas inserções eleitorais à coligação do petista após o encerramento do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE).

ENTENDA O CASO

No primeiro turno, a campanha de

Elmano exibiu inserções na TV e no rádio com comparações de **Ciro** a **Jair Bolsonaro** (PL). O tucano recorreu na Justiça, com o Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE-CE) dando ganho de causa para **Ciro** e substituindo propagandas do petista por direito de resposta do adversário.

A coligação “Ceará Forte, do Lado Certo” recorreu ao TSE, com **Toffoli** decidindo favoravelmente ao recurso. Como a decisão ocorreu após o fim do horário eleitoral, ele autorizou inserções para compensar as perdas anteriores.

Elmano teve propaganda eleitoral até o sábado (3), dia de véspera do primeiro turno do pleito.

Conforme **Xerez**, a ação pede “basicamente” a cassação da chapa do governador reeleito e a realização de novas eleições por abuso de poder midiático e utilização indevida de veículos ou meios de comunicação social.

De acordo com os advogados, foram 776 inserções da campanha de Elmano nos dias 2 e 3 de outubro.



Ciro Gomes (PSDB).
Foto: Divulgação

POLÍTICA

ROBERTO MOREIRA



Jornalista e presidente do Grupo Opinião CE.
roberto.moreira@opinioace.com.br

Elmano: “Hoje, a eleição está empatada; temos 10 dias para crescer e promover uma grande chegada”

O governador Elmano de Freitas concedeu entrevista ao Grupo Cidade. Elmano foi convidado para falar sobre sua reeleição vitoriosa.

Perguntado sobre a sucessão presidencial, Elmano usou de sinceridade e mostrou acreditar nas pesquisas, mesmo depois de os institutos te-

rem errado ao apontar a vitória de Lula no primeiro turno, quando Flávio foi quem se saiu melhor.

“Hoje, a eleição está empatada; temos 10 dias para crescer e promover uma grande chegada. E quem tiver a grande chegada vence. O Lula tem outro fator: faz um grande governo”, destacou.

Ciro não reconhece derrota e vai à Justiça;

Elmano diz que ele desrespeita o eleitor

Os advogados do candidato derrotado ao Governo do Ceará, Ciro Gomes, prepararam uma ação contra o ministro Dias Toffoli, questionando a decisão que concedeu ao seu adversário inserções no horário eleitoral.

A ação tem como objetivo não reconhecer o resultado e evitar que Ciro cumprimente o adversário e aceite a derrota. A coordenação da campanha do governador Elmano divulgou uma nota oficial da coligação “Ceará forte, do lado certo”: “A campanha de Elmano de Freitas lamenta que o candidato Ciro Gomes continue desrespeitando a democracia e questionando o resultado legítimo das urnas”.

A interpretação da nota deixa claro que o governador Elmano não se surpreendeu com a atitude de Ciro Gomes.

A bancada federal cearense votará unida

Com 45,5% de renovação e 10 novos deputados federais, o Ceará tem uma nova representação na Câmara dos Deputados.

Os novos parlamentares federais estão em Brasília conhecendo as instalações da Câmara, visitando os gabinetes que ocuparão e fazendo cadastros para obter senhas e identidades funcionais que permitirão o acesso às dependências da Casa.

Os 10 novos deputados federais foram recebidos pelo presidente da Câmara, deputado Hugo Motta, que pretende disputar a reeleição e seguir comandando a Casa. Os interesses do Ceará terão o apoio de todos os parlamentares. É o que espera o deputado reeleito Moses Rodrigues.

Simão Pedro: a liderança de Orós e do Centro-Sul

A vocação política do deputado Simão Pedro está no sangue. O pai foi prefeito. A mãe é prefeita pela segunda vez, e ele foi duas vezes prefeito de Orós. A cidade toda o conhece, admira e respeita. Simão resistiu a entrar na política, mas se rendeu ao ouvir os argumentos de Domingos Filho e da prima Patrícia Pequeno Aguiar, prefeita de Tauá.

Gestor, administra negócios voltados para o comércio, os serviços e o agro, além de se dedicar à política, sua prioridade atual.

Simão Pedro é um visionário. Fez do município de Orós uma cidade de destaque no turismo, no agro e nas feiras. Assumiu a reitoria da Universidade do Parlamento e a transformou, com o apoio do presidente da Alece, em um ambiente de formação profissional e no maior núcleo de cursinhos para concurseiros.

Simão será uma das apostas da Alece para o secretariado de Elmano ou para a Mesa Diretora. É do time de Domingos Filho e Domingos Neto.

Leo Couto comemora vitória de Emanuel

Acrísio e de outros colegas

“Fiquei feliz com a eleição do vereador Emanuel Acrísio para a Câmara Federal.

Ele é um grande vereador, uma liderança que trabalha pela comunidade”, pontuou Leo Couto, acrescentando que Emanuel Acrísio será um grande deputado federal.

O presidente da Câmara de Fortaleza, Leo Couto, lembra que a eleição de quatro vereadores para a Alece e o Congresso Nacional é resultado do trabalho do conjunto de vereadores.

O debate

O Brasil inteiro aguarda um debate entre Lula e Flávio sobre o futuro do país. A coordenação da campanha de Lula já avisou que topa o debate. Flávio Bolsonaro também sinalizou de forma positiva. O que o eleitor quer ouvir? Verdades. Na batalha na internet, 95% do conteúdo é composto de mentiras, as fake news.

Conteúdos **exclusivos**,
leitura **dinâmica** e **analítica** das
principais notícias do Ceará e do Brasil!

Acesse

WWW.
opiniaoce.
com.br

POLÍTICA

PEC da Segurança avança no Senado e pode ser votada antes do segundo turno das eleições

CCJ concluiu a análise dos destaques nesta quarta-feira (14); proposta prevê mudanças no combate às facções, integração das forças de segurança e ampliação das atribuições policiais

RODRIGO RODRIGUES

RODRIGO.RODRIGUES@OPINIAOCE.COM.BR

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública avançou no Senado Federal nesta quarta-feira (14), após a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) concluir a votação dos destaques que estavam pendentes. Com a etapa encerrada, o texto segue para análise do Plenário e poderá começar a ser discutido já nesta quinta-feira (15), segundo o presidente da comissão, senador Otto Alencar (PSD-BA).

A expectativa é que a proposta seja votada antes do segundo turno das eleições, marcado para 25 de outubro. Após a reunião da CCJ, Otto afirmou que conversou com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil), sobre a tramitação da PEC 18/2025. Segundo ele, Alcolumbre demonstrou disposição para iniciar a discussão da matéria após a votação da proposta que prevê mudanças na escala de trabalho 6x1.

“Ele [Davi Alcolumbre] está com toda boa vontade para que, logo depois que aprovarmos o fim da escala 6x1, comecemos a apreciar a PEC da Segurança Pública (...). Nós podemos começar a apreciar até mesmo amanhã [quinta] essa matéria”, declarou Otto.

O presidente da CCJ também afirmou que líderes partidários manifestaram apoio à votação da proposta. “Se todos tiverem a consciência da importância dessa matéria para o Brasil, pelo que o Davi me falou ontem, nós temos condições, sim, de aprovar ainda nesse período, antes do segundo turno”, disse.

PEC PRECISA DE DOIS TURNOS DE VOTAÇÃO

Por alterar a Constituição, a PEC da Segurança precisa ser aprovada em dois turnos no Senado, com pelo menos 49 votos favoráveis em cada votação. O rito prevê cinco sessões de discussão antes do primeiro turno e outras três antes do segundo, além de um intervalo mínimo de cinco dias úteis entre as votações. O calendário pode ser encurtado caso os senadores aprovem um requerimento de calendário especial, desde que haja acordo para a medida.

CCJ ENCERRA ANÁLISE DE TRÊS EMENDAS

O texto-base da PEC 18/2025 foi aprovado pela CCJ em setembro, mas ainda havia três destaques pendentes, referentes às emendas 13, 29 e 45. Nesta quarta-feira, Otto Alencar declarou os destaques prejudicados em razão da ausência dos respectivos autores, encerrando essa etapa da tramitação na



A CCJ do Senado concluiu a análise dos destaques da PEC da Segurança, que agora segue para votação em Plenário. Foto: Geraldo Magela/Agência Senado

*Por alterar a
Constituição, a PEC
da Segurança precisa
ser aprovada em dois
turnos no Senado,
com pelo menos 49
votos favoráveis*

comissão. A emenda 45, apresentada pelo senador Carlos Portinho (PL-RJ), previa a possibilidade de destinar recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) a ações das Forças Armadas relacionadas à proteção e à defesa civil, ao combate a delitos transfronteiriços e ambientais e a operações de garantia da lei e da ordem, quando houvesse convocação.

A emenda 13, do senador Eduardo Gomes (PL-TO), buscava garantir segurança jurídica aos agentes de trânsito no âmbito do Sistema Único de Segurança Pública (Susp).

Já a emenda 29, apresentada pelo senador Alessandro Vieira (MDB-SE), retirava a exigência de autorização periódica dos conselhos estaduais de Segurança Pública para o funcionamento das polícias municipais.

O QUE MUDA COM A PEC DA SEGURANÇA PÚBLICA

Encaminhada pelo Poder Executivo, a proposta altera dispositivos da Constituição para reorganizar o sistema de Segurança Pública, definir competências dos entes federativos e ampliar a integração entre União, estados, Distrito Federal e municípios. O texto prevê a inclusão do Sistema Único de

Segurança Pública na Constituição e a criação do Sistema de Políticas Penais. Também estabelece mecanismos de cooperação entre os órgãos de segurança, como forças-tarefa conjuntas, compartilhamento de informações e provas e integração de sistemas.

A PEC ainda amplia as atribuições das polícias penais federal, estaduais e distrital, especialmente na custódia e disciplina de presos, na distribuição de detentos segundo critérios técnicos e no uso de tecnologias de segurança nos presídios.

Outra mudança prevista é a ampliação das competências da Polícia Rodoviária Federal (PRF), que passaria a incluir o policiamento de ferrovias e hidrovias federais.

PROPOSTA PREVÊ REGRAS MAIS RIGOROSAS PARA FACÇÕES E MILÍCIAS

Um dos principais pontos da PEC é a criação de um regime penal mais rigoroso e proporcional à posição hierárquica de líderes e integrantes de facções criminosas, organizações paramilitares e milícias. Entre as medidas previstas estão a prisão obrigatória em presídios de segurança máxima, restrições à progressão de regime e a benefícios processuais, além da possibilidade de confisco de bens relacionados à atividade criminosa, sem indenização. O texto também prevê a responsabilização de pessoas jurídicas envolvidas e medidas de proteção a denunciante e familiares.

A proposta acrescenta ainda dispositivos constitucionais para assegurar às vítimas o direito à proteção, informação, assistência, acesso à Justiça e participação no processo penal, com atenção especial às mulheres.

PEC PREVÊ POLÍCIAS MUNICIPAIS E PROTEÇÃO DE FUNDOS

O texto abre a possibilidade de criação de polícias municipais civis, com atuação no policiamento ostensivo e comunitário. Essas corporações ficariam sujeitas ao controle externo do Ministério Público e a critérios de acreditação, capacidade financeira e formação padronizada. A proposta também veda a coexistência, no mesmo município, de guarda municipal e polícia municipal com atribuições sobrepostas.

A PEC prevê mecanismos para proteger recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) e do Fundo para o Aparentamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal (Funapol) contra bloqueios, contingenciamentos ou remanejamentos para outras finalidades, ressalvada a hipótese de frustração de receita prevista no texto.

O relator da proposta no Senado, Rogério Carvalho (PT-SE), modificou o texto aprovado pela Câmara dos Deputados, acolhendo total ou parcialmente quatro das 81 emendas apresentadas pelos senadores. Entre as mudanças, retirou o dispositivo que destinava recursos das apostas esportivas, conhecidas como bets, a fundos de Segurança Pública. Foi mantida a previsão de destinar 10% do superávit do Fundo Soberano do Pré-Sal ao setor.

A proposta também atribui ao Congresso Nacional competência para sustar atos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) que extrapolem o poder regulamentar desses órgãos em matérias relacionadas à Segurança Pública, ao direito penal, ao processo penal e ao direito penitenciário.

ECONOMIA

Marco Legal dos Games: Lula lança plataforma gratuita para divulgar jogos brasileiros

Game Brasil terá investimento inicial de R\$ 1,4 milhão e vai catalogar produções nacionais, indicando onde os títulos estão disponíveis; decreto também prevê R\$ 200 milhões para inovação no setor



O serviço deverá reunir informações sobre produções nacionais e indicar ao público onde e em quais plataformas os jogos estão disponíveis. Foto: Ricardo Stuckert/Presidência

RODRIGO RODRIGUES

RODRIGO.RODRIGUES@OPINIAOCE.COM.BR

O Governo Federal vai criar uma plataforma pública e gratuita para catalogar, divulgar e promover jogos eletrônicos desenvolvidos no Brasil. Batizada de Game Brasil, a iniciativa foi anunciada nesta quarta-feira (14), após o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) assinar, no Palácio do Planalto, o decreto Desenvolve Gamers Brasil, que regulamenta o Marco Legal para a Indústria de Jogos Eletrônicos (Lei nº 14.852/2024).

Coordenada pelo Ministério da Cultura (Minc), a plataforma terá investimento inicial previsto de R\$ 1,4 milhão. O serviço deverá reunir informações sobre produções nacionais e indicar ao público onde e em quais plataformas os jogos estão disponíveis. A regulamentação também permite que o Minc mantenha, na plataforma ou em ambiente vinculado, um repositório de jogos financiados com recursos públicos para uso por instituições públicas de ensino, pesquisa e saúde,

respeitando os direitos autorais.

DECRETO PREVÊ FINANCIAMENTO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Além da criação do Game Brasil, o pacote anunciado pelo governo prevê medidas para ampliar o financiamento, a capacitação profissional e a inovação na indústria de jogos eletrônicos. Entre as iniciativas está uma chamada pública de R\$ 200 milhões, proposta pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), para apoiar empresas de tecnologia no desenvolvimento de jogos e soluções digitais.

O governo também prevê mudanças nas linhas de crédito do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA), com proposta de redução do valor mínimo dos empréstimos de R\$ 500 mil para R\$ 150 mil e dos juros de Taxa Referencial (TR) mais 2% para TR mais 0,5% ao ano. Para 2026, o fundo prevê R\$ 460 milhões em crédito para a indústria audiovisual, incluindo os jogos eletrônicos.

Para 2027, o Ministério da Cultura planeja duas iniciativas com estimativa de captação de R\$ 50 milhões

cada: uma voltada à estruturação de laboratórios e espaços de desenvolvimento; outra destinada à produção, ao lançamento e à comercialização de jogos brasileiros independentes.

UNIVERSIDADES TERÃO CURSOS ESPECÍFICOS DE GAMES

O Ministério da Educação (MEC) criará cursos de graduação voltados ao desenvolvimento de jogos eletrônicos em cinco universidades federais, uma em cada região do país, com previsão de 230 vagas pactuadas. A Escola Solano Trindade de Cultura e Economia Criativa (Escult), vinculada ao Minc, também prevê ofertar seis cursos específicos em 2027, incluindo “Introdução ao Desenvolvimento de Jogos Digitais” e “Desenvolvedor de Jogos Digitais”. Haverá ainda cursos gratuitos em áreas relacionadas, sem limite de vagas.

O decreto estabelece medidas para ampliar o acesso do setor aos mecanismos federais de incentivo à cultura, à pesquisa e à inovação. Também prevê simplificação de procedimentos para

a importação de ferramentas necessárias ao desenvolvimento de jogos.

REGULAMENTAÇÃO INCLUI PROTEÇÃO AOS USUÁRIOS

O texto prevê medidas para prevenir riscos associados aos hábitos de uso e ao transtorno por uso de jogos eletrônicos. A proteção de crianças e adolescentes deverá observar as regras do Estatuto da Criança e do Adolescente na esfera digital (ECA Digital), incluindo exigências de acessibilidade em serviços, sistemas e comunidades oficiais. O Ministério da Saúde definirá parâmetros para jogos com finalidade terapêutica. Já a utilização de games para treinamento deverá seguir critérios de segurança, privacidade, acessibilidade e supervisão humana.

A regulamentação também prevê a criação de um comitê interministerial para acompanhar as políticas públicas do setor e atribui ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi) a definição de procedimentos simplificados para o registro de jogos e a proteção da propriedade industrial.

ECONOMIA

Receita Federal pode ampliar atuação e orientar políticas públicas com uso de dados

Ministro Dario Durigan defende integração de informações e inteligência artificial para modernizar a fiscalização e tornar o Estado mais eficiente

A Receita Federal deve ser vista como uma ferramenta estratégica do Estado brasileiro, para além da arrecadação de tributos e da fiscalização.

Segundo o ministro da Fazenda, Dario Durigan, o grande volume de informações reunidas pelo órgão pode orientar políticas públicas, aprimorar os mecanismos de controle e aumentar a eficiência da administração pública.

A declaração foi feita nesta quarta-feira (14), durante a abertura do IV Congresso de Direito Tributário e Aduaneiro.

“Vejo a Receita [Federal] como plataforma de inteligência do Estado brasileiro, mais do que um mero órgão que tem que coletar tributo”, ressalta o ministro da Fazenda.



Dario Durigan participou da abertura do IV Congresso de Direito Tributário e Aduaneiro. Foto: Ascom Receita Federal

QUATRO FRENTES

Na avaliação de Dario Durigan, a atuação da Receita Federal deve avançar no fortalecimento do órgão como infraestrutura crítica do Estado, no uso de dados para subsidiar políticas públicas, na modernização da fiscalização com base na análise de informações agregadas e na incorporação da inteligência artificial.

“A Receita precisa contribuir mais para o desenho de políticas públicas”, acrescentou Dario Durigan.

Segundo o ministro, as informações produzidas pelo Fisco podem apoiar decisões dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além de auxiliar os órgãos de controle.

A proposta, conforme Dario Durigan, exige uma mudança de paradigma, com maior uso de dados para identificar padrões e anomalias.

Como exemplo, ele citou o trabalho conjunto da Receita Federal com

a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) para monitorar os efeitos da desoneração de combustíveis.

“A fiscalização que nós estamos pedindo é uma fiscalização que olha para o dado agregado”, afirmou, ao ressaltar o potencial da inteligência artificial nesse processo.

ANÁLISE DE DADOS

Com a implementação da reforma tributária, o compartilhamento de informações entre União, estados e municípios deverá ampliar significativamente a capacidade de análise da Receita Federal, segundo o ministro.

Entre os exemplos do potencial desse modelo, Dario Durigan mencionou a Operação Carbono Oculto, investigação que apura estruturas de lavagem de dinheiro utilizadas para esconder os verdadeiros con-

troladores de empresas ligadas ao setor de combustíveis. O caso inclui a aquisição de uma das maiores distribuidoras do País.

Em uma das fases da operação, foram identificadas movimentações de cerca de R\$ 11 bilhões por diferentes camadas da estrutura investigada.

A apuração também revelou o uso de fintechs e de pelo menos 40 fundos de investimento para ocultar patrimônio e blindar recursos.

Essas estruturas dificultavam a identificação dos verdadeiros controladores dos ativos e da origem do dinheiro utilizado nas operações.

FISCALIZAÇÃO INTELIGENTE

Mais do que os resultados da operação, Dario Durigan destacou o método utilizado na investigação. Na avaliação do ministro, a análise de grandes bases de dados

permite identificar estruturas fora dos padrões comuns do mercado e direcionar investigações com mais eficiência.

O ministro também citou estruturas associadas à Reag e ao Banco Master, com base em uma apresentação feita pela equipe da Receita Federal, como exemplos de casos que chamaram a atenção por apresentar características atípicas.

Para Dario Durigan, a combinação entre análise de dados, integração de informações e inteligência artificial pode ampliar a capacidade do Estado de formular políticas públicas e aperfeiçoar a fiscalização.

“A Receita Federal pode mudar o patamar de funcionamento do Estado brasileiro para um patamar de um Estado eficiente e inteligente”, frisa o ministro.

Com informações da Agência Brasil.

BNB elege Vicente Bandeira de Aquino Neto como diretor de Negócios

O Conselho de Administração do Banco do Nordeste (BNB) elegeu Vicente Bandeira de Aquino Neto para o cargo de diretor de Negócios. O executivo possui experiência na instituição financeira e também atuou na Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

Com formação acadêmica na área jurídica, Vicente de Aquino é mestre e doutor em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza (Unifor). Ele também é graduado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Além da formação universitária, o novo diretor concluiu o curso de Conselheiro de Administração do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).

Entre 2018 e 2019, Vicente Bandeira de Aquino Neto ocupou o cargo de assessor especial da Presidência do Banco do Nordeste. Posteriormente, integrou a Agência Nacional de Telecomunicações como conselheiro, entre 2019 e 2020.

Na Anatel, ele também fez parte do Conselho Diretor de 2020 a 2025, período que antecedeu sua eleição para a Diretoria de Negócios do BNB.

DIRETORIA

Com a escolha, Vicente de Aquino Neto passa a integrar a Diretoria Executiva do Banco do Nordeste, presidida por Paulo Henrique Saraiva Câmara.

O colegiado também conta com Ana Teresa Barbosa Carvalho, responsável pela área de Administração; Antônio Jorge Pontes Guimarães Júnior, à frente

de Ativos de Terceiros; José Aldemir Freire, responsável pelo Planejamento; e Leonardo Victor Dantas da Cruz, na área de Controle e Risco.

Completam a diretoria Vicente Bandeira de Aquino Neto, em Negócios, e Wanger Antônio de Alencar Rocha, responsável pelas áreas Financeira e de Crédito.



Com a escolha, Vicente de Aquino Neto passa a integrar a Diretoria Executiva do Banco do Nordeste. Foto: Ascom BNB

Opinião criança



Há um ano, fazendo jornalismo para
crianças, com respeito à infância
e espaço para suas vozes.

www.opinioace.com.br/opinio-crianca/

f opiniaocrianca

opiniaocrianca

opiniao@opinioace.com.br